TAXA DE JURO: Correspondente ao custo de financiamento da República Portuguesa para o prazo do empréstimo, acrescido do *spread* de 0,15 %.

PAGAMENTO DE JUROS: Nas datas de reembolso, calculados dia a dia e numa base anual de 360 dias.

TAXA DE JURO DE MORA: Correspondente a taxa de juro contratual, acrescida de uma sobretaxa de 2 %.

REEMBOLSO: Em 10 prestações semestrais, iguais e consecutivas, a efetuar a 15 de junho e 15 de dezembro, de cada ano, a primeira das quais após doze meses a contar da data da realização do primeiro desembolso.

GARANTIAS: Retenção da receita não consignada proveniente das transferências do Orçamento do Estado e de outras receitas de natureza fiscal.

208177091

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Despacho n.º 12919/2014

Considerando que, em 30 de julho de 2001 e 18 de março de 2002, o BEI celebrou com a EDA dois contratos de financiamento, no montante de EUR 30.000.000 e de EUR 20.000.000, respetivamente, que constituíram a Tranche A e B de um empréstimo destinado ao financiamento do Projeto “EDA Power V”;

Considerando que este financiamento, cujo saldo atualmente em dívida é de EUR 15.000.000, se destinou a financiar diversos projetos de investimento em infraestruturas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em todas as ilhas dos Açores, considerados no Plano plurianual de Investimentos 1999-2004 da EDA;

Considerando que os benefícios que advêm da concretização dos investimentos de manutenção e ampliação de infraestruturas previstos no referido Plano, se revestem de manifesto interesse para a economia nacional, por contribuírem para o desenvolvimento económico da região e para a qualidade de vida das populações;

Considerando que o financiamento em apreço beneficia da garantia da Região Autónoma dos Açores, constituindo-se o Estado como contra garante;

Considerando que o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, pelo Despacho de 14 de março de 2013, e nos termos do n.º 1 do art.º 14.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, emitiu parecer favorável à concessão da garantia pessoal do Estado ao financiamento em apreço;

Considerando que foi ouvida a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, nos termos do disposto na alínea t) do n.º 1 do art.º 7.º dos respetivos Estatutos;

Instruído o processo pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ao abrigo do disposto no Artigo 15.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, e n.º 1, do Art.º 126.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e ao abrigo da delegação de competências proferida nos termos da alínea e) do ponto n.º 3 do Despacho da Ministra de Estado e das Finanças n.º 11841/2013, de 6 de setembro, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 176, de 12 de setembro de 2013;

Autorizo:

1. A concessão da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela Eletricidade dos Açores (EDA), junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de EUR 15.000.000, para financiamento parcial do projeto “EDA Power V”, cujas condições financeiras constam da ficha técnica anexa ao presente despacho;

2. A fixação da taxa de garantia em 0,425% ao ano.

29 de abril de 2014. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco*.

Ficha Técnica

Projecto: EDA POWER V

Mutuário: Eletricidade dos Açores, S.A (EDA)

Mutuante: Banco Europeu de Investimento

Finalidade: Financiamento de diversos projetos de investimento em infraestruturas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em várias ilhas dos Açores, considerados no Plano plurianual de Investimentos 1999-2004 da EDA

Montante em dívida:

Tranche A: EUR 9.000.000

Tranche B: EUR 6.000.000

Prazo da Operação: 15 anos, incluindo 5 de carência, a contar da data da assinatura dos respetivos Contratos de Financiamento

Amortização: 10 anos, em amortizações anuais constantes de capital

Tranche A: Em 10 anuidades a vencer entre 15 de junho de 2007 e 15 de junho de 2016

Tranche B: Em 10 anuidades a vencer entre 15 de março de 2008 e 15 de março de 2017

Taxa de Juro: Por opção, nos termos dos respetivos contratos

Pagamento de Juros: Semestralmente

Tranche A: em 15/12/2006 a 15/06/2016

Tranche B: em 15/09/2002 a 15/03/2017

Garante: Região Autónoma dos Açores

Fiador: República Portuguesa

208170157

Autoridade Tributária e Aduaneira

Declaração de retificação n.º 1081/2014

Por ter saído com inexatidão o Aviso (extrato) n.º 11648/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 180, de 18 de setembro de 2014, retifica-se que onde se lê:

«3 de setembro de 2014. — O Diretor de Finanças Adjunto, em regime de substituição, *José de Castro Marques*.»

deve ler-se:

«3 de setembro de 2014. — O Diretor de Finanças-Adjunto, *José de Castro Marques*.

15 de outubro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
208165427

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinetes do Ministro da Educação e Ciência e da Secretária de Estado do Tesouro

Despacho n.º 12920/2014

Considerando que o n.º 2 do artigo 144.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2014, estabelece que a declaração de suficiência orçamental e de cativação de verbas, necessária à instrução do pedido de fiscalização junto do Tribunal de Contas do cabimento orçamental de atos e contratos, deve ser aprovada pelos órgãos de tutela da entidade fiscalizada;

Considerando que as empresas públicas e as entidades públicas empresariais estão sujeitas à jurisdição e ao controlo financeiro do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, que aprova a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, bem como nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE);

Considerando que a Parque Escolar, E. P. E., tem a natureza de pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais nos termos do n.º 1 do artigo 1.º e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril, e dos seus Estatutos, aprovados pelo mesmo diploma;

Considerando que, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril, a tutela económica e financeira da Parque Escolar, E. P. E., é exercida pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação e, sem prejuízo do regime jurídico aplicável às E. P. E., compreende, designadamente, o poder de autorizar os demais atos nos termos da legislação aplicável que necessitem de aprovação tutelar, conforme previsto na subalínea *xiii* da alínea *d*) do referido artigo 10.º;

Considerando que, de acordo com a alínea *g*) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos da Parque Escolar, E.P.E., compete ao conselho de administração acompanhar a execução do orçamento, aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas e

considerando que a despesa está devidamente cabimentada e com a declaração de suficiência orçamental e nada obsta a que seja aprovada essa declaração, que identifica o seu autor, nominal e funcionalmente;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril, e no que à Secretária de Estado do Tesouro se refere, no uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 11841/2013, de 6 de setembro, de Sua Excelência a Ministra de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 12 de setembro, e de acordo com o estabelecido pelo n.º 2 do artigo 144.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, determina-se aprovar as declarações de suficiência orçamental e de cativação de verbas relativas aos contratos seguintes:

a) Contrato n.º 14/3121/CA/C de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra para as Escolas da Delegação Sul incluídas no Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário - LOTE FS1, pela Parque Escolar, E.P.E., no montante de 48.301,50€ (com o correspondente IVA incluído) para o ano de 2014;

b) Contrato n.º 14/3123/CA/C de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra para as Escolas da Delegação Sul incluídas no Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário - LOTE FS3, pela Parque Escolar, E.P.E., no montante de 43.864,90€ (com o correspondente IVA incluído) para o ano de 2014;

c) Contrato n.º 14/3126/CA/C de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra para as Escolas da Delegação Sul incluídas no Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário - LOTE FS6, pela Parque Escolar, E.P.E., no montante de 43.864,90€ (com o correspondente IVA incluído) para o ano de 2014;

d) Contrato n.º 14/3138/CA/C de Prestação de Serviços de Conservação, Manutenção e Apoio à Exploração a Edifícios Escolares do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário, da Delegação Norte - Lote LN2, pela Parque Escolar, E.P.E., no montante de 103.181,52€ (com o correspondente IVA incluído) para o ano de 2014;

e) Contrato n.º 14/3140/CA/C de Prestação de Serviços de Conservação, Manutenção e Apoio à Exploração a Edifícios Escolares do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário, da Delegação Norte - Lote LN4, pela Parque Escolar, E.P.E., no montante de 134.884,94€ (com o correspondente IVA incluído) para o ano de 2014;

f) Contrato n.º 14/3142/CA/C de Prestação de Serviços de Conservação, Manutenção e Apoio à Exploração a Edifícios Escolares do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário, da Delegação Norte - Lote LN6, pela Parque Escolar, E.P.E., no montante de 119.582,38€ (com o correspondente IVA incluído) para o ano de 2014;

g) Contrato n.º 14/3143/CA/C de Prestação de Serviços de Conservação, Manutenção e Apoio à Exploração a Edifícios Escolares do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário, da Delegação Sul - Lote LS1, pela Parque Escolar, E.P.E., no montante de 81.662,46€ (com o correspondente IVA incluído) para o ano de 2014.

15 de outubro de 2014. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato*. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco*.

208166959

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna

Despacho n.º 12921/2014

1 — Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho, a portaria n.º 1128/2008, de 9 de outubro, cria, no quadro de pessoal da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, dois lugares de oficial de ligação do Ministério da Administração Interna, nomeados nos termos do Decreto-Lei n.º 139/94, de 23 de maio, conforme mapa anexo à mesma.

2 — Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho, e do mapa anexo à portaria n.º 1128/2008, de 9 de outubro, e nos termos do Decreto-Lei n.º 139/94, de 23 de maio, é prorrogada a

comissão de serviço do inspetor superior do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, Carlos Alberto Matos Moreira, por mais três anos, para continuar a exercer as funções de oficial de ligação na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2014.

6 de outubro de 2014. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancelle de Machete*. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.
208165792

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12922/2014

Atento o conteúdo do ofício n.º 3880, de 29 de setembro de 2014, da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, e nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e Lei n.º 30/2008, de 10 de julho, deogo no General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea a condução dos trâmites procedimentais previstos no documento supra referido.

8 de outubro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

208164325

Despacho n.º 12923/2014

A sociedade comercial por quotas *CABLOTEC — CABLAGENS E SISTEMAS, Lda.*, com sede na Zona Industrial da Abrunheira, Quinta do Lavi, Edifício 3 em Abrunheira, 2710-089 Sintra, requereu, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, o acesso ao exercício das atividades de comércio e de indústria de bens e tecnologias militares/produzidos relacionados com a defesa e a autorização para registar o novo objeto social.

O projeto de objeto social proposto pela empresa está em conformidade com o previsto na Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, na medida em que inclui o comércio e a indústria de bens e tecnologias militares na sua atividade.

A sociedade *CABLOTEC — CABLAGENS E SISTEMAS, Lda.*, cumpre os requisitos cumulativos para o pedido de licença para autorização do exercício das atividades pretendidas, previstos no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto.

Assim, tendo em consideração o conteúdo da Informação n.º 1019 da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, de 18 de setembro de 2014, e despachos nela exarados, que afirmam encontrarem-se reunidas todas as condições para a concessão da autorização pretendida, autorizo, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, a empresa *CABLOTEC — CABLAGENS E SISTEMAS Lda.*, a incluir no seu objeto social, que a seguir se transcreve, a atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/produzidos relacionados com a defesa:

“Importação, Exportação, Indústria e Comércio de Cablagens, Sistemas de Conexão e Componentes Elétricos, Eletrónicos, Mecânicos e de Bens e Tecnologias Militares”.

9 de outubro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

208164309

Despacho n.º 12924/2014

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em ações de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96 de 13 de dezembro, nomeio o Coronel de Infantaria 06907079, Carlos Avelino Viegas da Paz Moreno, por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em 08 de dezembro de 2014, em substituição do Coronel de Cavalaria 12601578, José Carlos Cordeiro Augusto, para desempenhar as funções de Diretor Técnico do Projeto n.º 1 — Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.